



v14, n2, 2017  
Maio-Agosto  
Dossiê Biopolítica

## APRESENTAÇÃO

Estenio Ericson Botelho de Azevedo

A *Revista Kalagatos*, nesta edição, publica o seu 14º volume, número 2 de 2017, tendo a grata satisfação de apresentar aqui um *Dossiê sobre Biopolítica* com 16 artigos que expõem reflexões por meio do diálogo com autores como Michel Foucault, Hannah Arendt, Giorgio Agamben, dentre outros. São estes, artigos inéditos de intelectuais vinculados a diversas universidades no Brasil (UNIR, UFPI, UFC, URCA, UFRN, UFBA, UFRJ, UFPR, PUCPR, UNICENTRO, UNICURITIBA, PUCRS, UNISINOS, UPF e UCS) e de outros países (Universidade Nova de Lisboa, Portugal; Universidad de Guanajuato, México; Universidad de Barcelona, Espanha). Apesar do fluxo contínuo da recepção de nossos artigos, temos inaugurado desde o ano 2016 o lançamento de edições temáticas compondo dossiês resultantes ou não de eventos científicos. A boa aceitação deste tema em específico, biopolítica, já se apresenta no fato de termos recebido um amplo número de propostas, das quais foram selecionadas as que se encontram nesta edição.

A biopolítica tem se destacado na atualidade como uma perspectiva de análise importante para a compreensão das questões manifestas no tempo presente. Isso porque se observa de modo cada vez mais intenso a tomada da vida pelo poder, por meio dos seus dispositivos de controle, disciplinamento e de governo conforme aponta Foucault, das técnicas ampliadas de exceção, como observa Agamben e do totalitarismo cotidianizado, como se pode pensar a partir de Arendt, autores que aqui se destacam como objeto de análise neste dossiê particularmente, e como referências da reflexão biopolítica de um modo geral.

O leitor encontrará neste dossiê discussões que tratarão da ampliação do poder, por meio da retomada da tese foucaultiana e sua especificação contemporânea, apresentada na articulação de categorias como liberdade, poder e coragem, como faz o artigo que abre este número. Artigo este escrito por *Luís Manuel Aires Ventura Bernardo*, com o título ***Manter a abertura do campo dos possíveis: breves considerações sobre a tese de Michel Foucault de que o poder está em todo o lado***. Esta linha de reflexão ganha também destaque no artigo ***Dispositivos de governo e de controle e o contradispositivo da profanação em Giorgio Agamben***, de *Francisco Bruno Pereira Diógenes*, que trata também da noção de dispositivo. Entretanto, dialogando com Agamben, o artigo citado não somente aponta o modo como o poder se manifesta por meio dos dispositivos no tempo

presente, mas busca refletir sobre como pensar a possibilidade de sua desarticulação por meio da noção de profanação e, conseqüentemente, a abertura de uma nova política.

Eduardo Alexandre Santos de Oliveira e Ester Maria Dreher, também abordam a questão dos dispositivos, tal qual pensado por Foucault, mas aqui no artigo intitulado **O investimento biopolítico da infância por meio do dispositivo de infantilidade segundo Corazza: conexões com o pensamento foucaultiano**, as reflexões de Sandra Corazza são destacadas. Este destaque ocorre considerando a tese da referida autora de título “História da infantilidade: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância”. Nota-se a partir desta análise a criação possibilitada pelo “dispositivo de infantilidade” de um processo de adultização da infância, enquanto “investimento biopolítico”, com vistas à sua potencialização produtiva. Já no artigo **A biopolítica do corpo que dorme**, escrito por André Brayner Farias, busca-se desenvolver uma análise em que se destaca a aproximação da biopolítica com a plena realização do capitalismo, por meio do diálogo com as reflexões de Jonathan Crary, sobretudo acerca do problema do sono, cuja superação é aí manifesta como condição para aquela plena realização do capitalismo. Busca-se ainda no referido artigo desenvolver esta reflexão apoiando-se nas análises de Foucault (*Vigiar e punir*) e Arendt (*A condição humana*).

Também destaca esta aproximação entre biopolítica e capitalismo o artigo de Fernando Danner, com o título **Vida, poder, política: Foucault e a questão do liberalismo**. Nele o referido autor discute o problema do liberalismo, a partir do Nascimento da Biopolítica (Foucault), enfrentando questões como gestão da população, racionalidade econômica, enquanto expressões da “emergência de um Estado gestor e normalizador”, que se volta para fenômenos como criminalidade, sexualidade, natalidade, educação etc. Fábio Abreu dos Passos de igual modo propõe uma análise desta relação, liberalismo e biopolítica, em seu artigo **Liberdade e o liberalismo como razão governamental: um percurso do nascimento da biopolítica em Michel Foucault**. Nele, o referido autor parte da definição de liberalismo como arte de governar, “razão governamental” e busca refletir a sua racionalização por meio “do poder pastoral e das técnicas normalizadoras”, que subjetivam os indivíduos e majoram suas forças vitais. Seguindo por esta via, o artigo se conduz na análise que considera o liberalismo ponto nascente da biopolítica.

2

Buscando pensar os elementos de continuidade e descontinuidade presentes entre o liberalismo e o neoliberalismo, insistindo ainda na relação biopolítica e capitalismo, Fernando Sepe Gimbo, através do seu artigo **Uma arqueologia do mercado: Foucault e o neoliberalismo como dispositivo**, propõe uma reflexão que aponta o dialogo das análises foucaultinanas com as de Dardot e Laval. Entendendo a necessária relação do neoliberalismo com o tempo presente, o artigo citado identifica as mudanças das práticas de mercado e destaca a “necessidade de retomar o caráter negativo da crítica foucaultiana”. Neoliberalismo é também tema de destaque no artigo **Capitalismo y gubernamentalidad neoliberal: el “empresario de sí mismo” como figura extrema de la subsunción**, escrito por Cuauhtémoc Nattahí Hernández Martínez. Nele se destaca uma análise que

busca esclarecer, a partir de Foucault, que o neoliberalismo se compõe de um conjunto de práticas e estratégias de governo. Partindo desta consideração, o artigo busca pensar o neoliberalismo como um projeto de sociedade, e mais especificamente um projeto de classe. Para tanto, o autor aqui propõe um diálogo entre as reflexões foucaultianas com categorias marxianas, tais como a de subsunção, em destaque no próprio título. Já no artigo **La gubernamentalidad socialista “hay que inventarla”**: biopolítica, seguridad y neoliberalismo, Ester Jordana desenvolve uma análise dos mecanismos de segurança a partir da relação biopolítica e neoliberalismo. A referida autora apropria-se da leitura do curso de Foucault, *O nascimento da biopolítica*, buscando refletir sobre as transformações na governamentalidade ocorridas na contemporaneidade.

**Eu (não) sou ninguém: a subjetividade sem nome** é o artigo escrito por Giuseppe Cocco e Marcio Tascheto. Nele se apresenta uma reflexão que aponta o “trabalho na metrópole contemporânea” como criador e produtor de “novos mecanismos operacionais” e “novas subjetividades antagônicas”. Seguindo esta linha de análise o artigo aponta ainda que os levantes se desenvolvem, no capitalismo pós-fordista “dentro das cidades e da subjetividade”. A partir desta constatação busca-se pensar algumas particularidades da realidade brasileira tais como os levantes de junho de 2013 e os movimentos advindos do “estelionato eleitoral em 2014 (bem como o impeachment de 2016)”. Os autores propõem aqui uma análise que leva em conta a articulação desta questão com as leituras críticas de Simone Weil e Hanna Arendt, sobretudo “suas críticas ao humanismo e a incapacidade dos países dos direitos humanos” de dar conta da batalha posta por estes levantes pós-fordistas. O artigo busca então pensar o “poder vivo que pode inventar as instituições do comum metropolitano”.

Elivanda Oliveira Silva, em seu artigo **Hanna Arendt e Agamben: o totalitarismo como categoria biopolítica e a politização da vida nas sociedades democráticas liberais**, apresenta a partir de um diálogo entre Arendt e Agamben, uma reflexão sobre o totalitarismo, pensado aqui como forma de governo. Silva parte de uma análise que tem como ponto de partida a biopolítica, justamente no que dela se pode destacar a “relação entre vida e política”. O artigo busca assim examinar “o processo de politização do biológico que elevou a vida a bem supremo, resultando em consequências radicais para o domínio público” e articular este exame com “os conceitos de *vida nua*, estado de exceção, *homo sacer*” *intentando* refletir sobre “o jogo político das atuais democracias liberais”. Também destacando o pensamento de Hanna Arendt por meio de seu artigo “**Impossibilidade da renúncia do uso público da razão em Hanna Arendt – ‘Eichmann em Jerusalém, a banalidade do mal’**”, Edimar Inocencio Brígido, Fábio André Santos Muniz e Fátima Raquel Szinwelski, tratam de pensar, ao estabelecer a relação do pensamento de Arendt com o de Kant, do uso ampliado que a primeira faz com relação ao uso pelo segundo do conceito “faculdade de julgar”. Esta ampliação do conceito referido, como vai procurar mostrar este artigo, se dá por conta da insuficiência da visão oitocentista sobre o mesmo no sentido de possibilitar a explicação dos “efeitos históricos que a renúncia ao uso público



da razão acarreta para a civilização a partir do fim do século XIX até os dias de hoje”. Essa impossibilidade ocorre devido às fortes e crescentes práticas genocidas e de massacre nesse interstício. Os autores aqui utilizam-se de “dados históricos, literários” articulando-os com reflexões teóricas, que seguem um direcionamento arendtiano, com vistas a “ilustrar e explicar que a escalada genocida e dos massacres se dá em consonância com o crescimento das sociedades de massa industrial e pós-industrial”. Retomando a discussão inicial, no que se refere à certa perda do uso da faculdade de julgar, o artigo conduz-se numa reflexão que aponta certa contradição própria a este “modelo econômico e social atual”, a saber, a “ameaça à vida em nome da vida”.

No artigo ***O curso Em defesa da Sociedade e o Bando Soberano***, de Itamar Soares Veiga, encontramos uma reflexão que também se volta para uma análise crítica acerca do Estado político moderno, na forma da discussão acerca “do paradoxo da soberania apresentado por Agamben no livro *Homo Sacer*”. O artigo busca tratar da questão da soberania numa articulação precisa entre Foucault e Agamben, estabelecendo um ponto de análise que considera a leitura de Foucault do poder soberano em sua obra *Em defesa da sociedade* e a articula com “os conceitos agambianos de *vida nua* e *bando soberano*”. Na mesma linha de aproximação Foucault e Agamben, mas centrando-se na questão metodológica está o artigo de Joel Decothé Junior intitulado ***Sobre o Método: Continuidade e descontinuidade entre as genealogias de Giorgio Agamben e Michel Foucault***. Nele o autor *trata das* “propostas genealógicas” dos filósofos referidos. Ao fazer isto, o artigo pretende abordar o “problema da continuidade e descontinuidade” entre eles destacando a influência do francês sobre o italiano. Trata-se de então pensar esta influência abordando a “genealogia teológica da economia e do governo no que diz respeito ao pensamento de Agamben” em referência à “questão do biopoder” em Foucault.

Em ***Biopolítica e suas derivações no pensamento filosófico-político de Robert Espósito***, Fernando Gigante Ferraz, traz uma reflexão considerando as “categorias poder e biopolítica em Foucault”, e tematiza “os desdobramentos” que esta reflexão terá “no pensamento filosófico-político italiano na atualidade”. Para tal, o artigo estabelece um diálogo com Roberto Esposito. A questão do biopoder em Foucault também consiste em objeto de análise no artigo ***Foucault e Rancière: perspectivas e crítica ao conceito de biopoder***, escrito por Pedro Danilo Galdino, mas neste caso em articulação com Jacques Rancière. O artigo considera que a biopolítica ocupa certo lugar no pensamento contemporânea, *perpassando* “boa parte das discussões nos últimos 30 a 50 anos”. Considera ainda que Michel Foucault se destaca na reflexão que apresenta como o “corpo é objeto de uma adstração que o torna dócil e economicamente rentável dentro das sociedades disciplinares”. Entretanto, o autor pretende por meio do referido artigo, “apresentar a crítica feita por Jacques Rancière ao conceito de biopoder e biopolítica, confrontando principalmente a posição foucaultiana”. Destaca-se nesta crítica, segundo Galdino, o “par conceitual polícia/política que [re]configuram a partilha do sensível, ora de maneira consensual, ora de maneira dissensual”.

Como se pode observar, este volume se destaca, mesmo considerando seu caráter temático, uma diversidade de questões. Questões estas que tendo como foco central a biopolítica, se voltam para diversos problemas teórico-conceituais, que marcam a realidade contemporânea. São apresentadas aqui as reflexões de autores clássicos da filosofia política e que transitam pela discussão biopolítica e postas estas reflexões em diálogo com outros autores que também se voltam para esta perspectiva, seja numa sua afirmação, seja numa linha de desenvolvimento de outras reflexões a partir delas, ou seja numa perspectiva de distanciamento crítico. Considere-se aqui ainda a preocupação dos artigos em desenvolver análises críticas do tempo presente e da forma social que lhe é correspondente: o capitalismo e suas formas de expressão. Por conta disso, sobretudo, esperamos que este número seja fonte de elucidação das questões atuais objeto da biopolítica e ponto de impulso para uma posição teórica-crítica diante do mundo atual. Oportunamente, agradecemos aos autores que se dispuserem a contribuir com esta edição oferecendo ao público leitor de nossa revista suas ricas contribuições. Ao leitor, também nossos agradecimentos e convite para apreciação do conteúdo do *Dossiê Biopolítica* desta Revista de Filosofia: *Kalagatos*.

